



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**ELISA DANIELE DE ANDRADE**

**DESAFIOS E AVANÇOS POSSÍVEIS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO DE  
ARAUCÁRIA NA PERSPECTIVA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA**

**MATINHOS**

**2018**



ELISA DANIELE DE ANDRADE

DESAFIOS E AVANÇOS POSSÍVEIS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO DE ARAUCÁRIA  
NA PERSPECTIVA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Gestão e Processos em Educação, Diversidade e Inclusão, Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão e Processos em Educação, Diversidade e Inclusão.

Orientador: Profº Dr. Maurício Cesar Vitória Fagundes

MATINHOS  
2018

## **DESAFIOS E AVANÇOS POSSÍVEIS NA EDUCAÇÃO DO CAMPO DE ARAUCÁRIA NA PERSPECTIVA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA**

ELISA DANIELE DE ANDRADE

### **RESUMO**

O presente trabalho busca problematizar o processo de formação continuada oferecido aos profissionais, membros do conselho escolar e comunidade escolar, das Unidades Educacionais do Campo, do município de Araucária. O objetivo principal é entender como se dá o processo de formação e como essa ação coletiva pode contribuir para a implementação de avanços da democratização da Educação do Campo no município. A metodologia utilizada foi a revisão de literatura sobre a Educação do Campo, formação continuada e gestão democrática. No decorrer do desenvolvimento das temáticas do curso, foi utilizada a observação participante. Tomou-se como referências da fundamentação sobre gestão democrática, emancipação e formação continuada, autores como Paulo Freire e Jucimara Bengert Lima. Evidenciou-se, no desenvolvimento desse processo a necessidade da ampliação da oferta de formação continuada específica para a Educação do Campo. Destaca-se também, como resultado desse processo de formação, a composição de um grupo de estudos, como forma de garantir um espaço permanente de debate acerca de questões pertinentes à Educação do Campo. As análises se detém na formação e atividades desenvolvidas pelo grupo de estudos sobre educação do campo, que se constituiu no decorrer do curso, a partir de demandas levantadas pelos próprios cursistas.

Palavras-chave: Educação do Campo. Formação Continuada. Gestão Democrática.

## INTRODUÇÃO

Muitos são os debates que envolvem a educação e, em sua maioria, esta é apontada como a grande “salvadora”, e o grande fator de mudança social qualitativa. Mas o que é educação, senão um processo feito, essencialmente, por pessoas? Como tal, para que possa cumprir esse papel, os sujeitos nela envolvidos, necessitam assumir uma postura de protagonismo, pautado no diálogo e na gestão democrática, efetivamente participativa, que promova a emancipação dos sujeitos.

O processo de formação continuada dos profissionais da educação é um fator fundamental para a superação de dificuldades e fortalecimento de ações coletivas em prol da tão falada qualidade da educação.

É sabido que muitas são as condições necessárias para que se possam atingir os objetivos aos quais se propõe uma educação pública de qualidade. Dentre eles está a formação e a valorização dos profissionais da educação, por considerar-se o professor o principal agente de transformação e responsável em grande parte pela qualidade almejada (LIMA, 2010, p. 16).

Nesse sentido, entende-se que os espaços de formação continuada, disponibilizados aos profissionais da educação, deve, primordialmente, estar de acordo com os princípios da gestão democrática.

No município de Araucária, foi disponibilizado aos profissionais, membros de conselhos escolares e comunidade escolar das Unidades Educacionais do Campo, o curso de extensão universitária da UFPR, intitulado Gestão de Processos Educacionais, Diversidade e Inclusão - GPEDI.

Entendemos que este estudo se justifica por sua intencionalidade de construção de elementos norteadores para o desenvolvimento de práticas pedagógicas emancipatórias constituintes da formação e da gestão democrática da educação do campo.

Faz-se necessária a efetivação de uma proposta de formação continuada que não se enquadre nos moldes da verticalidade, que, apesar de boas intenções, em muitos casos não se consolida de forma a atender as demandas reais e específicas dos profissionais. Portanto, uma proposta de formação continuada, pensada e executada na horizontalidade torna-se mais adequada a princípios democráticos.

Entende-se também que o fortalecimento dos coletivos de professores, conselhos escolares, comunidade escolar e local, faz-se fundamental para evidenciar as demandas pertinentes a realidade da Educação do Campo e a necessidade de, reconhecendo-se como sujeitos de direitos, estimular o empoderamento na perspectiva de promover debates e ações que se consolidem práticas que contribuam para a democratização da Educação do Campo municipal.

O presente trabalho tem por objetivo principal entender como se dá o processo de formação e como essa ação coletiva pode contribuir para a implementação de avanços da democratização da Educação do Campo do município. Bem como, analisar os documentos gerados a partir da sistematização do diálogo realizado com as comunidades escolares das Unidades Educacionais do Campo e analisar as propostas surgidas a partir da formação realizada.

O artigo está organizado da seguinte forma: revisão de literatura sobre Educação do Campo, Gestão Democrática e Formação Continuada; apresentação do processo de multiplicação do curso de extensão Gestão e Processos em Educação, Diversidade e Inclusão, realizado em Araucária e a composição de um grupo de estudos sobre Educação do Campo de Araucária como um dos resultados desse processo de formação.

## **METODOLOGIA**

O trabalho se propõe a analisar os documentos e encaminhamentos resultantes do diálogo estabelecido no grupo de estudos sobre Educação do Campo de Araucária.

O referido grupo constituiu-se a partir dos encaminhamentos propostos no Módulo Gestão da Educação do Campo, do curso de extensão universitária GPEDI, ofertado aos profissionais, membros do conselho escolar e comunidade escolar das Unidades Educacionais do Campo de Araucária.

A proposta de formação do grupo de estudos foi apresentada pelo coletivo de cursistas, a partir do debate estabelecido sobre educação do campo, como uma estratégia para manter o diálogo permanente sobre a temática, objetivando traçar estratégias e definir encaminhamentos possíveis que permitam, gradativamente, implementação de ações voltadas para a melhoria da oferta da educação do campo em Araucária.

O desenvolvimento do trabalho teve como principal referente metodológico a pesquisa participante, tendo em vista que o processo de pesquisa prevê a participação do coletivo de profissionais e comunidade escolar do campo, durante o levantamento de demandas e análise de sua realidade.

A pesquisa foi encaminhada com os 116 (cento e dezesseis) concluintes do processo de formação e a análise foi desenvolvida a partir dos registros feitos após debates sobre a Educação do Campo no município. Esses registros foram feitos em um dos encaminhamentos propostos durante o processo de formação continuada e culminou na elaboração de tramas conceituais que apontavam sugestões para avanços e melhorias na oferta da educação do campo em Araucária.

## **REVISÃO DE LITERATURA**

É inegável que a educação assume um papel fundamental no processo de emancipação humana. As práticas pedagógicas desenvolvidas tanto podem ter um caráter de educação bancária, como Paulo Freire denominou práticas caracterizadas por assemelhar-se com um procedimento bancário, onde a educação é meramente um depósito de conhecimento e os estudantes são como contas para esse depósito, passivos, sem protagonismo. Ou, ao contrário, temos uma proposta de educação voltada para a emancipação. Nessa perspectiva, os profissionais que atuam com educação são fundamentais na mediação de práticas pedagógicas voltadas à realidade e que estimulem a consciência crítica e a autonomia. Nesse sentido a formação continuada assume um papel fundamental no processo de proporcionar condições para que estes profissionais reflitam sobre a própria prática e promovam um fazer pedagógico com os princípios da emancipação humana.

## **EDUCAÇÃO DO CAMPO**

O campo está repleto de manifestações culturais específicas, que caracterizam os sujeitos que moram, trabalham, estudam, enfim, estabelecem suas relações e interações sociais nesse espaço, construindo sua identidade cultural.

Como citado por Caldart (2002, p.18), a Educação do Campo se caracteriza pelos seus sujeitos, tal característica nos remete ao quanto é fundamental estabelecer essa relação também na prática educacional.

A educação do campo se identifica pelos seus sujeitos: é preciso compreender que por trás da indicação geográfica e da frieza de dados estatísticos está uma parte do povo brasileiro que vive neste lugar e desde as relações sociais específicas que compõem a vida no e do campo, em suas diferentes identidades e em sua identidade comum;... A perspectiva da educação do campo é exatamente a de educar este povo, estas pessoas que trabalham no campo, para que se articulem, se organizem e assumam a condição de sujeitos da direção de seu destino (CALDART, 2002, p. 18).

Paulo Freire destaca em suas obras a importância do processo pedagógico valorizar, respeitar e estar articulado ao contexto sociocultural dos sujeitos da prática educativa e, assim, promover uma ação voltada para a emancipação dos sujeitos e superação das situações de opressão.

Como educador preciso de ir "lendo" cada vez melhor a leitura do mundo que os grupos populares com quem trabalho fazem de seu contexto imediato e do maior de que o seu é parte. O que quero dizer é o seguinte: não posso de maneira alguma, nas minhas relações político-pedagógicas com os grupos populares, desconsiderar seu saber de experiência feito (FREIRE, 1996, p. 32).

A relação de opressão fica evidenciada nas propostas educacionais ofertadas para a população do campo ao longo do tempo.

Fazendo uma retrospectiva da Educação do Campo, no que se refere a abordagem dessa temática na legislação educacional, como descrito nas Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação do Campo (2010), do Paraná, podemos agrupar em quatro momentos que retratam o histórico da Educação do Campo em nosso país.

- primeiro: período de negação dos camponeses como sujeitos sociais e cidadãos brasileiros, que se estendeu desde a colonização até a década de 1930;
- segundo: período de preocupação com a "educação rural" por parte do Estado, em função da migração campo-cidade e do "atraso" sociocultural em que se encontrava a população rural. Segundo a perspectiva oficial, a partir de 1937, com a criação de serviços assistenciais aos povos do campo, não havia uma preocupação de debater os verdadeiros problemas e contradições presentes no campo, tais como a concentração agrária e o poder político patriarcal;
- terceiro: início da década de 1960, com a influência, dentre vários pensadores, do educador Paulo Freire na organização dos "círculos de cultura" e alfabetização de adultos, propiciando os primeiros debates sobre uma concepção de educação pautada no diálogo, na valorização do sujeito social e de sua prática sociocultural. Com o golpe militar em 1964, entretanto, houve um recuo nos projetos educacionais que objetivavam uma educação emancipatória;
- quarto: a partir de final da década de 1980, com a abertura democrática e a organização dos movimentos sociais em diversas frentes, foi possível avançar o debate da educação do campo. Dentre os sujeitos coletivos que participam deste debate e que lhe dão impulso, o MST exerce forte influência política, ao lado de – e somando-se com – outros movimentos, organizações e instâncias governamentais. No caso do MST, a sua

visibilidade se deve à produção pedagógica por meio da publicação de Cadernos, às experiências educativas e à participação sociopolítica nas manifestações públicas na defesa da educação pública como necessidade da reforma agrária. Na década de 1990, pode-se dizer que emergiram os sinais de inserção da educação do campo na agenda política, com a LDB n. 9394/96 e as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, em contraposição à concepção de rural vigente até então. O próprio poder público passou a adotar a terminologia educação do campo, num sinal de atenção às demandas sociais, que, obviamente, não podem ser analisadas de modo desvinculado de seus interesses políticos. (Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação do Campo, 2010)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, em seu Artigo 28, regulamenta as normas para a Educação do Campo:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar. (Incluído pela Lei nº 12.960, de 2014)

O reconhecimento da especificidade e do direito a uma educação diferenciada para os sujeitos do campo, como verificamos na LDB, é um passo importante para a superação da lógica educacional excludente, onde os sujeitos são tratados como aculturados e sem potencial para se apropriar de conhecimentos científicos.

No entanto, faz-se necessário prever uma Educação do Campo que contemple as particularidades e singularidades dos sujeitos que produzem suas vidas no campo, superando o carácter reducionista de conteúdos e práticas pedagógicas, baseadas em estereótipos construídos historicamente sobre esses sujeitos.

Nessa perspectiva, ações pedagógicas que promovam o aprendizado e a intervenção em processos e mecanismos de discriminação, exclusão e desigualdades e, que privilegiem reflexões e ações voltadas para mudanças qualitativas em prol do coletivo, sustentadas na valorização e manutenção dos valores culturais, com a lógica de que a educação tem papel transformador,



especialmente quando ligada à realidade dos sujeitos e com princípios que objetivem a emancipação dos sujeitos, são fundamentais.

### **Educação do Campo em Araucária**

A cidade de Araucária faz parte da Região Metropolitana de Curitiba. Ocupa uma área de 460,85 km<sup>2</sup>, sendo que dois terços desse território, compreende a área rural do município. A população, pelo censo de 2010, era de 119.123 habitantes, desses, cerca de 7% reside no campo.

O povoamento de vilas, ocorreu originalmente, por imigrantes escravos que foram atraídos pelas condições favoráveis de solo e clima para a prática da agricultura. Na década de 70, com a implantação da Refinaria Presidente Getúlio Vargas – REPAR, a cidade, passou a investir na industrialização.

A Educação do Campo em Araucária tem seus registros iniciais na década de 1920, com um total de 20 escolas isoladas, unidocentes e multisseriadas. Na época o município era estritamente rural. Nas duas décadas seguintes houve uma ampliação do número de escolas chegando, aproximadamente, a 40 escolas isoladas. A partir da década de 1970, com a instalação de um polo industrial, houve mudança do perfil do município de rural para urbano, fato que também alterou o cenário da educação municipal. Entre os anos de 1991 e 2000 a gestão municipal promoveu um processo chamado “consolidação” de escolas rurais. De acordo com a Coleção História de Araucária (1997, p. 94), com o processo de consolidação os alunos das 21 escolas, distribuídas em localidades menores, foram reunidos em três escolas de maior porte.

Atualmente na Rede Municipal de Educação de Araucária, a Educação do Campo compreende nove Unidades Educacionais – seis Escolas do Ensino Fundamental, que atendem, aproximadamente, 1200 estudantes (conforme quadro 1) e três Centros Municipal de Educação Infantil, que atendem, aproximadamente, 250 crianças (conforme quadro 2).

Quadro 1: Rede municipal do campo do município de Araucária – PR

Unidade Educacional	Localização	Número de estudantes	Turmas Atendidas
Escola do Campo Municipal Professora Andréa Maria Scherreier Dias	Tietê	198	11 turmas - 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental
Escola do Campo Municipal Presidente Castelo Branco	Capinzal	113	7 turmas - Infantil 5 ao 5º ano do Ensino Fundamental
Escola do Campo Municipal Edvino Nowak	Rio Verde	141	7 turmas - Infantil 5 ao 5º ano do Ensino Fundamental
Escola do Campo Municipal João Sperandio	Rio Abaixo	175	10 turmas - Infantil 5 ao 5º ano do Ensino Fundamental
Escola do Campo Municipal Rosa Picheth	Guajuvira	447	20 turmas - Infantil 5 ao 9º ano do Ensino Fundamental
Escola do Campo Municipal Rui Barbosa	Lagoa Grande	115	7 turmas - Infantil 5 ao 5º ano do Ensino Fundamental

Fonte: Dados SERE, setembro/2018

QUADRO 2: CMEI's do Campo – Rede Municipal de Araucária

Unidade Educacional	Localização	Número de crianças	Turmas Atendidas
CMEI Capinzal	Capinzal	71	6 turmas - Maternal ao Infantil 5
CMEI Guajuvira	Guajuvira	96	6 turmas - Maternal ao Infantil 5
CMEI Tietê	Tietê	86	7 turmas - Maternal ao Infantil 5

Fonte: Dados SERE, setembro/2018

## GESTÃO DEMOCRÁTICA

O princípio da Gestão Democrática deve objetivar a promoção de uma educação de qualidade, atendendo aos interesses da sociedade, garantindo o acesso, a permanência e o aprendizado de todos, com equidade.

Pode-se dessa forma definir Gestão Democrática, como uma prática política e pedagógica, que por meio da articulação entre os diversos segmentos da unidade educacional e da rede municipal de ensino, modifica as relações de poder, transformando-as em ações colegiadas transparentes e autônomas. (DME, 2012, pág. 31)

A LDB 9394/96 estabelece também, nos artigos 14 e 15, indica a adoção dos princípios da Gestão Democrática nos sistemas de ensino público.

Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

⑩ participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola;

⑩ participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas de direito financeiro público (BRASIL, 1996, art 14 e art 15)

Entende-se que promover a gestão educacional, pautada nos princípios da Gestão Democrática, só pode ser efetivada quando, além da promoção de uma gestão participativa, faz-se necessário, o compromisso responsável dos segmentos envolvidos no processo da tomada de decisões.

O Plano Nacional de Educação destaca como mecanismo de Gestão Democrática, a implantação de Conselhos de Educação, nos municípios e de Conselhos Escolares nas Unidades Educacionais, com representatividade de todos os segmentos da comunidade escolar e local, sendo de responsabilidade dos sistemas de ensino viabilizar a implantação desses e outros mecanismos que promovam a gestão educacional democrática e participativa.

A gestão democrática da educação, necessita ter, ao mesmo tempo, transparência, autonomia e participação, liderança e trabalho coletivo, representatividade e competência. É o compromisso e a responsabilidade de garantir que os princípios humanos sejam desenvolvidos nos conteúdos de ensino, que são conteúdos de vida, porque se constituem instrumentos para uma vida de qualidade para todos em sociedade (FERREIRA, 2006, p. 173)

Em Araucária, o conceito de Gestão Democrática foi ampliado a partir da Lei Municipal nº 1528/2004, que instituiu o Sistema Municipal de Educação.

Cada sociedade educa o homem de acordo com determinados objetivos que fazem parte das políticas daquela sociedade num momento dado de sua historicidade. Portanto, a educação é muito mais abrangente do que as ações que acontecem na escola (MACHADO, 2009, p.55).

A Gestão Democrática vai muito além da implementação de mecanismos que a promovam seus princípios no âmbito documental. A efetivação de uma gestão educacional democrática requer ações de fortalecimento desses mecanismos, pautando-os no diálogo e na alteridade.

O processo de formação continuada é uma das ferramentas possíveis para o fortalecimento da Gestão Democrática, sendo promovida de forma a contemplar os princípios que fundamentam o conceito de gestão educacional democrática.

Na rede municipal de educação de Araucária, alguns dos mecanismos de Gestão Democrática presentes no sistema de ensino são a eleição de diretores, representatividade e conselhos escolares, conselhos de classe participativos, seminários, grupos de estudos, formação continuada, autonomia na elaboração e execução de propostas pedagógicas e planos de ação, hora atividade nas escolas e fóruns de educação.

## **FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO**

São muitos os desafios que a educação precisa superar para, progressivamente, alcançar mudanças positivas no processo educacional. Desafios esses que, em sua maioria, estão diretamente relacionados ao maior investimento público na educação, perpassando desde a infraestrutura adequada das unidades até e, especialmente, a valorização profissional e condição adequadas de trabalho para aos profissionais.

Dentre tantos investimentos necessários, destaca-se a importância da oferta de formação continuada, como um dos aspectos de valorização profissional.

[...]a qualidade da educação passa pela valorização profissional, que passa por sua vez, pela formação do professor. E para tanto, se faz necessário que a qualidade da formação caminhe paralelamente à conquista da universalidade do acesso à escola pública, em especial ao que diz respeito à população que historicamente tem feito parte dos segmentos da sociedade onde ainda é acentuada a exclusão social (LIMA, 2010, p. 44).

Outro aspecto que nos remete a importância da oferta de formação continuada, está relacionado a formação inicial. Como destaca Lima (2010, p. 16) a oferta de uma formação inicial com lacunas, que não fornece uma base de sustentação suficiente para a prática docente, requer que um processo de formação continuada seja disponibilizado aos professores, a fim de suprir as defasagens presentes na formação inicial desses profissionais.



No Brasil, a formação continuada tem assumido um caráter complementar à formação inicial, ao identificar-se que, em muitos casos, a graduação superior, realizada de forma presencial, semipresencial ou à distância, não propicia a base suficiente para a atuação do professor. Por outro lado, uma vez que a realidade é dinâmica, a formação inicial não é subsídio suficiente para que se encontrem soluções para os problemas que se apresentam no processo de ensino-aprendizagem (LIMA, 2010, p. 16).

A formação continuada está indicada na legislação, em todas as esferas de governo (federal, estadual e municipal). A nível nacional podemos destacar a LDB, no artigo 62, § 1º que indica a responsabilidade da esfera pública no processo de formação, seja ela inicial ou continuada, dos profissionais do magistério.

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (Redação dada pela lei nº 13.415, de 2017) § 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009).

Outro documento que merece destaque, no que se refere a indicativos sobre a formação continuada, é o Plano Nacional de Educação. A meta 16 do PNE estabelece que, em regime de colaboração, a União, os Estados e os Municípios, devem promover o processo de formação continuada aos profissionais do magistério, respeitando as especificidades de cada sistema de ensino.

Meta 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino. (PNE, 2014)

A educação é uma tarefa essencialmente humana e, por essa característica tão específica, não podemos conceber uma educação de qualidade em que não ocorram investimentos na valorização dos profissionais que são os responsáveis por conduzir o fazer educativo.

De acordo com Lima (*apud* CASASSUS, 2007), a formação continuada é fundamental para a efetivação de um processo democrático, já que os professores são os profissionais que estão diretamente e intimamente envolvidos no processo educativo.

São os professores profissionais essenciais para alcançar-se a democratização do ensino: ao ensinar o conhecimento produzido historicamente, ao não excluir exercendo junto aos estudantes a experiência do respeito, da convivência harmônica, que desenvolva capacidades como as de pensar, refletir e que mantenham sua dignidade (LIMA, 2010, p. 18).

Em Araucária a formação continuada está pautada nos princípios presentes nas Diretrizes Municipais de Educação. De acordo com as Diretrizes Municipais de Educação de Araucária (2012, p. 53), o processo de formação continuada dos profissionais da rede municipal de educação tem como objetivo “contribuir para que estes profissionais ampliem a compreensão da realidade de seu tempo, de forma que favoreça a humanização de si e do seu trabalho, bem como sua autonomia”.

As diretrizes ressaltam ainda que a formação continuada “deve ser realizada em momentos periódicos de estudo, reflexão, planejamento e avaliação, de modo a garantir a reflexão sobre a prática educacional e a busca de aperfeiçoamento técnico, político e ético” (DME, 2012, p. 53).

Também no Plano Municipal de Educação, homologado pela lei municipal nº 2.848/2015, em sua meta 14, dispõe sobre os objetivos da formação continuada disponibilizada aos profissionais que atuam na rede municipal de educação.

Meta 14 - Organizar um plano de formação continuada, que promova a qualificação profissional através de reflexão teórico-prática, possibilitando a incorporação/ produção de novos conhecimentos científicos e tecnológicos na área educacional (PME, 2015).

Atualmente, no município, a hora atividade compreende 20% da carga horária semanal dos professores. Em 2018, o cronograma de hora atividade está organizado conforme o quadro abaixo:

Quadro 3: Cronograma da distribuição das horas atividades.

Hora Atividade 2018					
	Segunda- feira	Terça- feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
Anos Iniciais	RMD Suporte Pedagógico	3º ano	4º e 5º anos	2º ano Mais Educação	1º ano EJA
Anos Finais	Geografia Ciências	Ed. Física	Matemática	Língua Portuguesa Língua Inglesa	Arte História
Educação Infantil	RMD Berçário I	Berçário II	Maternal	Pré I	Pré II
Educação	Todos os				

Especial	atendimentos da Educação Especial				
----------	-----------------------------------	--	--	--	--

Fonte: SMED Araucária / 2018

Nesses momentos são ofertados, pela Secretaria Municipal de Educação-SMED, momentos de formação continuada, conforme os grupos que atuam com cada ano escolar e/ou disciplina. O processo de formação continuada é encaminhado pela equipe interna da SMED e/ou a partir de parcerias firmadas com instituições educacionais de ensino superior.

### **O processo de formação**

Considerando a importância de tratar das especificidades da Educação do Campo no processo de formação continuada dos profissionais da educação e, a importância da participação da comunidade escolar no processo de gestão das Unidades Educacionais, em 2018, foi ofertado aos profissionais e comunidade escolar em geral, das Unidades Educacionais do Campo, em Araucária, o curso de extensão universitária Gestão de Processos Educacionais, Diversidade e Inclusão – GPEDI, da Universidade Federal do Paraná.

O curso de extensão foi organizado e ministrado pelas 10 (dez) cursistas da Especialização em Gestão de Processos Educacionais, Diversidade e Inclusão – GPEDI, sob orientação dos professores da UFPR. As cursistas da especialização, que assumiram o papel de multiplicadoras no curso de extensão, são professoras ou pedagogas da rede municipal e atuam diretamente com Educação do Campo no município, seja nas Unidades Educacionais do Campo ou na SMED, ocupando funções de coordenação.

O curso de extensão organizou-se em quatro módulos: Gestão Democrática e Educação Popular, Educação Inclusiva, Educação do Campo e Diversidade e Educação da Infância. Cada módulo com 40 horas, totalizando 160 horas de curso.

A metodologia utilizada para o curso compreendia encontros presenciais em hora atividade, atividades a distância, seminários, atividades com a comunidade local, mostra de trabalho e relatório.

A carga horária do curso foi organizada conforme os quadros a seguir:

Quadro 4: Carga horária encontros presenciais e atividades a distância

	Março	Abril	Maio	Junho	Agosto
Carga Horária presencial	4h	4h	4h	4h	4h
Mediação in loco	1h	1h	1h	1h	
Atividades a distância	8h	8h	8h	8h	
Total de carga horária	<b>56 horas</b>				

Fonte: Departamento de Ensino Fundamental, SMED Araucária/2018

Quadro 5: Carga horária dos Seminários e atividades a distância

	Março	Junho	Setembro
Carga Horária Presencial	Seminário - 12h	Seminário - 12h	Seminário - 12h
Datas/Local	10/03 - Tietê	16/06 - Guajuvira	01/09 - Rio Verde
Atividades a distância	4h	4h	4h
Total de carga horária	<b>48 horas</b>		

Fonte: Departamento de Ensino Fundamental, SMED Araucária/2018

Quadro 6: Atividades na comunidade, mostra de trabalhos e relatório

	Atividade		
Carga horária presencial	Conferência ou oficina ou palestra (na comunidade) - 8h	Relatório - 20h	Mostra de trabalhos - 20h
Carga horária a distância	8h		
Total de carga horária	<b>56 horas</b>		

Fonte: Departamento de Ensino Fundamental, SMED Araucária/2018

Os encaminhamentos propostos, em todos os módulos, foram direcionados para o contexto da Educação do Campo, propondo pesquisas e reflexões sobre a temática, pautadas na realidade vivenciada pelos profissionais, crianças, estudantes e comunidades escolar e local em geral.

Na perspectiva da escuta e entendimento de que o diálogo é fundamental para reconhecer a realidade vivenciada pelos sujeitos envolvidos no processo educativo, especificamente no Módulo sobre Educação do Campo, uma das atividades propostas consistia na construção de uma trama conceitual com sugestões voltadas para a melhoria da Educação do Campo no município.

Os cursistas foram convidados a registrar, baseados nas discussões previamente realizadas, tanto nos momentos dos encontros presenciais do curso, como no



interior das unidades educacionais, sugestões ou indicações de propostas que atendam as demandas evidenciadas na Educação do Campo em Araucária.

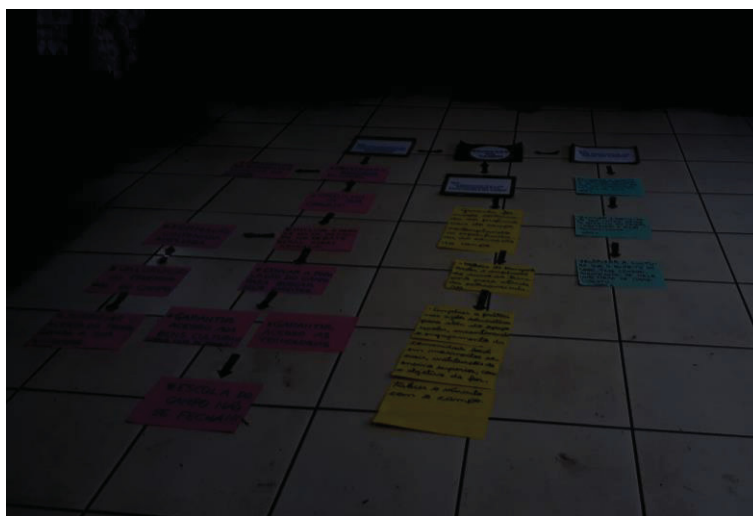
Essa atividade teve como referência de bibliografia as seguintes legislações:

- Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002, que institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo;
- Decreto nº 7.352/2010, que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação a Reforma Agrária – PRONERA;
- Diretrizes Municipais de Educação de Araucária;
- Lei nº 2.848/2015, que institui o Plano Municipal de Educação - Meta 12 - Efetivar a Educação Básica nas Comunidades do Campo.
- Resolução CME/Araucária nº 01/2012, que institui normas para a Educação do Campo da Rede Pública Municipal de Ensino de Araucária.

A atividade consistia em construir uma trama conceitual a partir da relação entre as ideias dos textos lidos, as discussões já realizadas em outros encontros presenciais e as sugestões levantadas no grupo, para o cotidiano do trabalho pedagógico nas unidades do campo.

As imagens abaixo representam algumas das tramas construídas pelos grupos de cursistas.

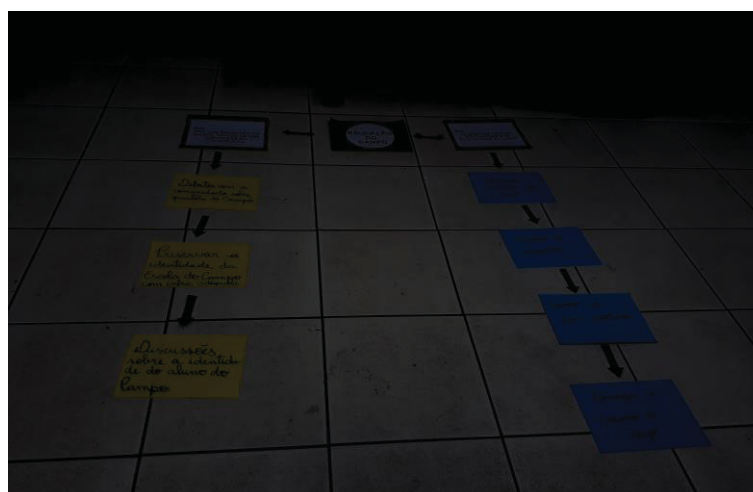
FIGURA 1: Trama conceitual organizada pelos participantes do curso de extensão universitária GPEDI, turma 1.



Fonte: Curso de  
DI/2018 – Módulo-  
Campo

extensão GPE-  
lo Educação do

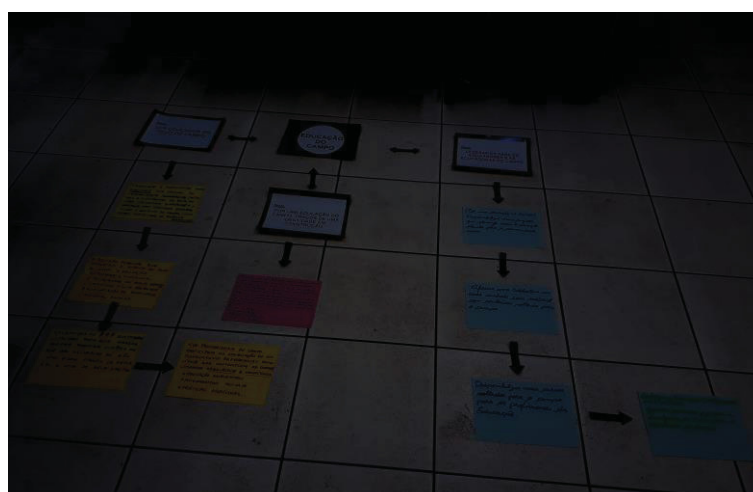
FIGURA 2: Trama conceitual organizada pelos participantes do curso de extensão universitária GPEDI, turma 2.



Fonte: Curso de  
DI/2018 – Módu-  
Campo

extensão GPE-  
lo Educação do

FIGURA 3: Trama conceitual organizada pelos participantes do curso de extensão universitária GPEDI, turma 3.



Fonte: Curso de  
DI/2018 – Módu-  
Campo

extensão GPE-  
lo Educação do

A referida atividade foi proposta em todos os nove grupos de multiplicação, no decorrer da semana de 25 à 29 de junho, em que foi realizada a formação com essa temática.

Na centralidade tínhamos a Educação do Campo e como eixos de desdobramento “Ser educador do Campo”, “Educação do Campo: identidade em construção” e “Desafios para os educadores do campo”.

Os debates que se desenvolveram, abordaram muitas questões relacionadas as políticas públicas para a Educação do Campo. Ficou evidente nesse aspecto a ausência de discussões sobre a temática anteriormente. A grande maioria dos presentes desconheciam legislações pertinentes a Educação do Campo, sejam elas de nível nacional ou local.

O resultado desse encaminhamento foi, um total de 122 sugestões propostas para a melhoria da qualidade da Educação do Campo em Araucária.

As temáticas mais recorrentes que compuseram as tramas conceituais foram: formação continuada e valorização profissional, valorização e respeito da identidade dos sujeitos do campo; infraestrutura; gestão escolar e políticas públicas para a educação do campo municipal.

O quadro mostra a distribuição das propostas em 10 (dez) agrupamentos de acordo com a proximidade das temáticas apontadas durante as discussões e apresentações e na proposição escrita dos grupos.

Quadro 7: Agrupamento das proposições apresentadas para a Educação do Campo

<b>Temática na qual houve proposta de ações para a Educação do Campo</b>	<b>Quantidade de propostas sobre a temática</b>
Identidade e valorização do campo	41
Formação continuada	21
Políticas públicas	15
Infraestrutura	10
Educação na perspectiva emancipatória	9
Educação e meio ambiente	6
Ensino aprendizagem	6
Recursos humanos	6
Propostas intersetoriais	5
Gestão escolar	3

Fonte: Departamento de Ensino Fundamental, SMED Araucária/2018

Ficou evidente nessa quantificação que os cursistas consideraram essencial o respeito, o resgate e a valorização da identidade dos sujeitos do campo, incluindo essas características nas práticas pedagógicas. Bem como, ficou evidenciada o reconhecimento da formação continuada como um mecanismo que pode garantir a manutenção das discussões sobre Educação do Campo, tratando-a dentro de sua especificidade e não de forma genérica como ocorre, quando a formação ofertada, não faz distinção em relação ao local de atuação dos profissionais.

O texto de uma das propostas indicadas nessa atividade referia-se a formação de um grupo permanente de reflexão, visando fortalecimento do coletivo de profissionais que atuam na educação do campo no município e a efetivação de ação em prol da melhoria dos serviços ofertados. Tal solicitação foi acatada e a seguir será analisado o processo de composição do referido grupo de estudos.

## Grupo de Estudos sobre Educação do Campo de Araucária

Na última semana de formação em hora atividade, que ocorreu de 30 de julho à 03 de agosto, foi socializada com todos os cursistas participantes do processo de multiplicação, a proposta de composição de um grupo de estudos de Educação do Campo e realizado o convite para integrar o grupo.

Tal encaminhamento deu-se com consolidação da ideia de que, como citado por Lima (2010), os processos democráticos são resultados de conquistas estabelecidas na luta do coletivo organizado.

É importante ressaltar, concordando com Sousa (2005) que em relação aos processos democráticos nada é dado e sim, fruto da conquista dos profissionais envolvidos e comprometidos. Não seria diferente em relação à qualidade da educação e, portanto, às condições adequadas de trabalho. (LIMA, 2010, p. 82)

Ao término da semana o grupo foi formado com 31 (trinta e uma) pessoas, que atuam nas Unidades Educacionais do Campo e outros órgãos, conforme quadro abaixo:

Quadro 8: Distribuição dos integrantes do Grupo de Estudos por Unidade Educacional de atuação.

<b>Unidade Educacional ou Órgão</b>	<b>Quantidade de profissionais que integram o grupo de estudos por Unidade Educacional</b>
Escola do Campo Rosa Picheth	6
Secretaria Municipal de Educação	5
Escola do Campo Edvino Nowak	4
CMEI Guajuvira	3
CMEI Tietê	3
Escola do Campo Rui Barbosa	3
Escola do Campo Andréa Dias	2
Colégio Estadual Júlio Szymanski	2
Colégio Estadual do Campo Ana Kava	1
Conselho Municipal de Educação	1
Escola do Campo Castelo Branco	1
<b>Total</b>	<b>31</b>

Fonte: Departamento de Ensino Fundamental, SMED Araucária/2018

O primeiro encontro do grupo ocorreu no dia 27 de agosto e contou com a participação de 12 pessoas.



A pauta inicial consistia em definir, no coletivo, a periodicidade dos encontros e o objetivo geral do grupo.

Ficou definida a periodicidade mensal dos encontros do grupo e como objetivo geral, o fortalecimento das discussões e do coletivo de profissionais que atuam com a Educação do Campo municipal, com o intuito de formalizar encaminhamentos que possam trazer avanços e melhorias.

A primeira demanda do grupo foi a sistematização, no formato de um documento, das sugestões apresentadas pelos cursistas do GPEDI, durante o encaminhamento da atividade citada como mapa conceitual referente a Educação do Campo em Araucária.

Esse encontro tratou da organização dos textos apresentados pelos cursistas durante o processo de formação. Tratou-se de um encaminhamento que objetivava a formatação de uma proposta de itens norteadores dos momentos de estudo. A metodologia utilizada foi a organização de 10 grupos, com os participantes presentes e cada grupo discutiu, leu e sistematizou um conjunto de sugestões, fazendo as limpezas de redundâncias e repetições. Após essa primeira formatação dos textos, cada grupo expôs o texto sistematizado para os demais. Assim o coletivo reunido, pode dar novas sugestões para melhoria do texto, caso considerasse que ainda não contemplava o proposto e/ou validar o texto apresentado.

Essa sistematização prévia, resultou em 33 sugestões (anexo 1), que foram apresentadas e validadas com o coletivo de profissionais, comunidade escolar e local, no III Seminário Local de Educação do Campo de Araucária, realizado no dia 01 de setembro de 2018, na comunidade do campo denominada Rio Verde.

O segundo encontro ocorreu no dia 24 de setembro, contou com a presença de 10 pessoas, e a pauta foi a estruturação do texto das sugestões resultantes da síntese prévia realizada no primeiro encontro do grupo (anexo 2).

Nesse encontro o texto foi aperfeiçoado e o debate inicial do grupo se concentrou na definição de uma finalidade e uma meta. Ficou acertado que a finalidade do documento é elencar as demandas apresentadas pelas comunidades escolares do campo, com a finalidade de subsidiar os encaminhamentos para a efetivação de políticas públicas, visando a melhoria contínua da Educação do Campo no município. Também ficou estabelecida como meta desse grupo de estudos, trabalhar em prol de

proposições para “políticas públicas específicas que garantam educação de qualidade à população do campo”.

Nesse encontro, percebeu-se grande preocupação dos profissionais com a garantia do acesso as unidades educacionais do campo, uma vez que um percentual considerável dos profissionais que trabalham no campo, dependem do transporte disponibilizado pela mantenedora para o deslocamento até o local de trabalho. No entanto, esse serviço não está regulamentado oficialmente e todo início de ano letivo os profissionais convivem com a incerteza de dispor do serviço, ocasionando inclusive o declínio em optar pela vaga nas unidades educacionais do campo.

Destaca-se algumas falas dos profissionais sobre essa reivindicação: “*Subsidiar o acesso do profissional a sua unidade*” (Professor A); “*Priorizar que os profissionais que residem no campo possam atuar na educação do campo, possibilitando-lhes acesso às unidades de ensino*” (Professor B).

Como, no momento, esse ponto foi o que levantou maior interesse e preocupação do grupo, definiu-se como pauta para o próximo encontro a estruturação de uma proposta de lei a ser apresentada para homologação que regule e garanta o transporte para os profissionais que atuam nas Unidades Educacionais do Campo de Araucária.

Para o registro de proposições, ficou definido como material de estudo prévio as legislações pertinentes a temática, sendo algumas delas: Parecer nº 07/2012 e Resolução nº 01/2012, do Conselho Municipal De Educação De Araucária; Lei Municipal nº 2.848/2015, que homologa o Plano Municipal de Educação; Decreto nº 7.352/ 2010, que Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA; Resolução CNE/CEB 01/2002, que Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

Ficou definido que o terceiro encontro do grupo de estudos ocorrerá no dia 22 de outubro, tendo como pauta a proposição de um texto para garantir e regulamentar o transporte escolar dos profissionais que atuam nas unidades educacionais do campo.

No terceiro encontro do grupo, foram estudadas as legislações que apresentam referência sobre o transporte dos profissionais que atuam nas unidades educacionais do campo. A nível municipal, há referência sobre o tema no PME e na Reso-

lução nº 01/2012 do CME. Ficou definido que o grupo irá redigir um parecer e um projeto de lei para garantir e regulamentar a viabilização do acesso às unidades educacionais. No entanto, durante a discussão, foi pontuado outro item relacionado ao assunto: subsidiar financeiramente os profissionais que, embora morem no campo, precisam se deslocar por longas distâncias, devido a consolidação das escolas do campo, até o local de trabalho.

O grupo assumiu algumas demandas para o próximo encontro, agendado para o dia 19 de novembro, sendo: levantamento das distâncias entre o centro da cidade e as unidades educacionais; informações sobre a estrutura do transporte ofertado no corrente ano para tal deslocamento; levantamento do número de profissionais, por unidade educacional, que faz uso do transporte disponibilizado pela mantenedora e do número de profissionais que se desloca com veículo próprio.

Como destaca Freire (1979, p. 30) é fundamental que possamos compreender a realidade para que possamos transformá-la.

Quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e o seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu Eu e as suas circunstâncias. (FREIRE, 1979, p. 30).

Sendo assim, podemos destacar que embora o movimento do grupo de estudos seja recente, a proposta de promover discussões com o coletivo de profissionais que atuam com a Educação do Campo municipal, buscando a mobilização e implementação de ações que beneficiem a comunidade escolar e local das Unidades Educacionais do Campo, é uma iniciativa que está pautada na perspectiva emancipatória e pode se consolidar em um mecanismo de empoderamento desse grupo de profissionais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em Araucária o processo de formação continuada é ofertado aos profissionais da educação há bastante tempo, sendo previsto e normatizado em documentos oficiais do município como as Diretrizes Municipais de Educação e o Plano Municipal de Educação.

No entanto, historicamente a formação continuada proposta tem, na maioria das vezes, uma estrutura baseada em aulas expositivas, onde os professores cursistas assumem o papel de ouvintes.

O curso de Gestão em Processos Educacionais, Diversidade e Inclusão, foi inovador em sua proposta de implementação. Tendo como perspectiva a multiplicação entre os pares, como destaca Fagundes (2016, p.15-16) uma formação voltada para a realidade concreta, em uma perspectiva emancipatória.

Buscamos contemplar outro tipo de formação, ou seja, que não fosse pautada no paradigma dominante, que se traduz por formações pontuais e, geralmente, desconexas com a realidade de quem as cursa...tínhamos clareza da orientação político-pedagógica do que buscávamos construir. O desejo de uma formação que fizesse sentido à falta de sentido já demarcada por outras formações de perspectiva burocrática e bancária, de orientação tradicional (FAGUNDES, 2016, p.15-16).

Percebeu-se que essa metodologia favoreceu uma postura participativa, especialmente, por permitir que os cursistas sentissem familiaridade entre suas inquietações e as inquietações dos multiplicadores, já que estes também atuam diretamente com Educação do Campo no município, reconhecem e vivem a realidade das Unidades Educacionais do Campo.

No decorrer do curso evidenciou-se que os profissionais assumiram como essencial a manutenção e ampliação da formação continuada voltada para as especificidades da Educação do Campo, reconhecendo que esse espaço se consolida como um espaço de democratização e emancipação. As falas dos professores reforçam a ideia da importância desses momentos de formação quando destacam em suas proposições que é necessário “garantir formação continuada aos profissionais do campo contemplando as especificidades da educação do campo” e “ter espaço permanente de debate”.

Como um dos resultados desse posicionamento foi constituído o GEPCAM – Araucária, com o objetivo de formalizar encaminhamentos que possam fortalecer e democratizar as discussões do coletivo de profissionais que atuam com a Educação do Campo municipal, buscando a mobilização e implementação de ações que beneficiem a comunidade escolar e local das Unidades Educacionais do Campo.

Evidentemente é um processo que se inicia e, dessa maneira seria precoce afirmar que os resultados já são palpáveis ou mensuráveis, mas podemos afirmar que a consolidação do grupo, partindo da proposição do próprio coletivo, é um exemplo de prática de democratização e reflete uma postura, mesmo que inicial, de emancipação.



Como possíveis trabalhos futuros, é sugerido acompanhar o desenvolvimento das atividades do GEPCAM – Araucária e analisar as ações práticas frente aos desafios e limitações, evidenciadas pelo grupo, e as relações que essas ações possam ter com a democratização do processo educativo e implementação de políticas públicas para a Educação do Campo em Araucária.

## REFERÊNCIAS

ARAUCÁRIA, PR: Prefeitura do Município de Araucária: Secretaria Municipal de Educação. **Diretrizes Municipais de Educação**. 2010.

ARAUCÁRIA, PR: Prefeitura do Município de Araucária: Secretaria Municipal de Cultura. **Coleção História de Araucária**. 1997.

ARAUCÁRIA, PR: Prefeitura do Município de Araucária: Secretaria Municipal de Educação. **Plano Municipal de Educação**. 2015.

BRASIL. LDB (1996). MEC. Lei n. 9.394. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 20 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 13005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: MEC, 2014.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (*org.*). **Pesquisa Participante**. 3ª Edição. São Paulo, Brasiliense, 1983.

CALDART, Roseli Salete; CERIOLI, Paulo Ricardo e KOLLING, Edgar Jorge. **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília, DF: articulação nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 4.

CASASSUS, J. **El precio de la evaluación estandarizada**: la pérdida de calidad y la segmentación social. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, Porto Alegre, Anpae, v. 23, n. 1, 2007, p. 71-79.

FAGUNDES, Maurício Cesar Vitória *et al.* **Gestão e Processos em Educação, Diversidade e Inclusão**. Curitiba: UFPR Litoral, 2016.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo. **Gestão da Educação**: impasses, perspectivas e compromissos. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LIMA, Jucimara Bengert. **FORMAÇÃO CONTINUADA E DESEMPENHO ESTUDANTIL: O CASO DE ARAUCÁRIA – PARANÁ**. Curitiba, 2010.

MACHADO, L. M. **Formação continuada e gestão da educação**: por uma política de qualificação. Curitiba: UTP, 2009.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Operacionais Estaduais de Educação do Campo**. Curitiba: SEED/PR, 2010.

## **ANEXO 1 –**

### **SUGESTÕES RESULTANTES DA DINÂMICA TRAMA CONCEITUAL**

1. Unidades educacionais com infraestruturas adequadas;
2. Possibilitar o acesso aos meios de comunicação e tecnologia;
3. Quadra poliesportiva com área coberta;
4. Políticas públicas que garantam o direito a educação no e do campo, abrangendo a melhoria das condições sociais dos moradores;
5. Organizar e oferecer uma biblioteca que atenda as necessidades pedagógicas, culturais e históricas do povo do campo (resgatar histórias);
6. Conhecer a região do campo para oferecer serviços de transporte escolar e coletivo de acordo com a realidade;
7. Garantir a permanência e construção de novas unidades educacionais do campo, em cada localidade – Lei 12.960 de 27 março de 2014;
8. Garantir acesso aos bens culturais (mais cotas de transporte para atividades extracurriculares).
9. Adequação do quadro de profissionais nas Unidades Educacionais do Campo;
10. Garantir o transporte dos profissionais a Unidade Educacional do Campo;
11. Favorecer que os profissionais que atuam nas Unidades Educacionais do Campo participem na adequação de um planejamento referencial, que contemple os conhecimentos adquiridos e científicos, envolvendo Educação ambiental, organizações sociais e práticas agrícolas, respeitando as especificidades do campo;
12. Mudanças no PPP contemplando uma formação global do sujeito, que promova a autonomia, a emancipação, a criticidade e o respeito a diversidade.
13. Elaboração de um Plano de Ação articulado das Unidades do Campo, para além do PPP.
14. Constar no PPP uma proposta pedagógica diferenciada, adequando a aprendizagem com a realidade do educando, contemplando as especificidades da Educação do Campo, abordando flexibilização de horário e calendário escolar em virtude de possíveis dificuldades de acesso.
15. Aproximar a comunidade da escola, promovendo debates sobre questões do campo, valorizando as experiências e os saberes da comunidade.
16. Articular junto a outras secretarias e instituições a promoção de práticas de cultura, esporte e lazer nas comunidades do campo;
17. Articulação de políticas públicas que beneficiem o campo;

18. Ampliar a prática das ações educativas para além do espaço escolar, incentivando o engajamento da comunidade local em organizações sociais, com o objetivo de fortalecer o vínculo com o campo, combatendo a visão preconceituosa;
19. Articular junto as instituições de ensino superior, ações com objetivo de favorecer o acesso dos sujeitos do campo ao ensino superior.
20. Valorização e formação continuada aos educadores do Campo, de acordo com as especificidades da região;
21. Criar projetos de educação do campo que envolvam toda a comunidade escolar;
22. Criar políticas públicas que garantam a continuidade do grupo de estudos sobre educação do campo;
23. Valorizar os sujeitos do campo e sua realidade histórica, combatendo políticas de exclusão e desconstruindo a visão do campo como lugar de atraso;
24. Valorizar a cultura local, ampliando a compreensão de que campo e cidade estão intimamente ligados, fortalecendo a compreensão de que são indissociáveis, um espaço não existe sem o outro;
25. Reconhecer as lutas sociais do povo brasileiro do campo, suas necessidades e direitos, cultura, identidade, cidadania, especificidades, memória, promovendo constante diálogo/debate;
26. Preservar a identidade da escola do campo, buscando uma educação que reconheça que o campo é onde o conhecimento também é produzido;
27. Promover o acesso aos bens culturais, acompanhando os avanços e demandas da sociedade, contribuindo para a transformação da realidade.
28. Políticas públicas específicas que garantam educação de qualidade à população do campo:
  1. Transporte funcional;
  2. Professores com qualificação específica;
  3. Estrutura física adequada;;
  4. Alimentação de qualidade;
  5. Material escolar;
29. Trabalho em rede com outras secretarias/suporte técnico, com ações na escola voltadas para a produção da comunidade local (horta, pomar, questões ambientais);
30. Oferecer cursos profissionalizantes específicos para os moradores do campo (ofertados na própria comunidade), que garantam oportunidades de trabalho no local onde residem;
31. Conforme resolução nº01/2012 CME- garantir condições, acesso e divulgação da EJA para a população do campo.

32. Fortalecer a educação no campo e do campo, nos sistemas de ensino: municipal, estadual e federal, oferecendo ao aluno a opção de escolha profissional.
33. Promover discussões sobre educação ambiental, ecologia, preservação e outros fatores pertinentes, fortalecendo as comunidades do campo.



## **ANEXO 2 – DOCUMENTO SÍNTESE – GRUPO DE ESTUDOS DOS PROFISSIONAIS DO CAMPO – GEPCAMP**

**Finalidade:** Este documento tem por objetivo elencar as demandas apresentadas pelas comunidades escolares do campo, com a finalidade de subsidiar os encaminhamentos para a efetivação de políticas públicas, visando a melhoria contínua da Educação do Campo no município.

**Meta:** Políticas públicas específicas que garantam educação de qualidade à população do campo:

### **Gestão Educacional**

1. Aproximar a comunidade da escola, promovendo debates sobre questões do campo, valorizando as experiências e os saberes da comunidade;
2. Favorecer que os profissionais que atuam nas Unidades Educacionais do Campo participem na adequação de um planejamento referencial, que contemple os conhecimentos adquiridos e científicos, envolvendo Educação ambiental, organizações sociais e práticas agrícolas, respeitando as especificidades do campo;
3. Atualizar o PPP contemplando uma formação global do sujeito, que promova a autonomia, a emancipação, a criticidade, o respeito a diversidade e contemplando as especificidades da Educação do Campo, abordando flexibilização de horário e calendário escolar em virtude de possíveis dificuldades de acesso.;
4. Elaborar de um Plano de Ação articulado das Unidades do Campo, para além do PPP.
5. Garantir divulgação, acesso e condições para implantar a EJA para a população do campo, conforme resolução nº01/2012 CME;
6. Fortalecer a educação no campo e do campo, nos sistemas de ensino: municipal, estadual e federal, fundamentado no princípio de formação integral do estudante, favorecendo a autonomia para escolha entre permanecer ou não no campo;

7. Articular junto a outras secretarias e instituições a promoção de práticas de cultura, esporte e lazer nas comunidades do campo;
8. Promover o acesso aos bens culturais (teatros, museus, cinema, parques, entre outros), acompanhando os avanços e demandas da sociedade, contribuindo para a transformação da realidade.

### **Formação Continuada:**

1. Articular junto as instituições de ensino superior, ações com objetivo de estabelecer parcerias para a formação continuada dos profissionais que atuam com a educação do campo municipal;
2. Priorizar que a formação continuada dos educadores do campo, esteja de acordo com as especificidades do campo;
3. Pesquisar e registrar a história das comunidades das unidades educacionais do campo, por meio do processo de formação continuada;
4. Promover momentos de hora atividades coletivas, de forma rotativa, nas comunidades;
5. Dar continuidade ao trabalho do grupo de estudos sobre educação do campo;
6. Realizar seminário local de educação do campo, anualmente;
7. Reconhecer as lutas sociais do povo brasileiro do campo, suas necessidades e direitos, cultura, identidade, cidadania, especificidades, memória, promovendo constante diálogo/debate;
8. Promover discussões sobre educação ambiental, ecologia, preservação e outros fatores pertinentes, fortalecendo as comunidades do campo.
  1. Favorecer que os profissionais que atuam nas Unidades Educacionais do Campo participem na adequação de um planejamento referencial, que contemple os conhecimentos adquiridos e científicos, envolvendo Educação ambiental, organizações sociais e práticas agrícolas, respeitando as especificidades do campo.

### **Recursos Humanos**

1. Adequar o quadro de profissionais nas Unidades Educacionais do Campo;

2. Estabelecer critérios para a escolha de vagas nas Unidades Educacionais do Campo;

#### **Comunidade:**

1. Oferecer cursos profissionalizantes específicos para os moradores do campo, ofertados na própria comunidade, que ampliem as oportunidades de trabalho no local onde residem;
2. Articular junto as instituições de ensino superior, ações com objetivo de favorecer o acesso e permanência dos sujeitos do campo na educação superior;
3. Articular junto as secretarias competentes, políticas públicas que garantam o direito a educação no e do campo, abrangendo a melhoria das condições sociais dos moradores;
4. Trabalhar em rede com outras secretarias/suporte técnico, com ações na escola voltadas para a produção da comunidade local (horta, pomar, questões ambientais, entre outros);
5. Ampliar a prática das ações educativas para além do espaço escolar, incentivando o engajamento da comunidade local em organizações sociais, com os objetivos de: fortalecer o vínculo com o campo, combater a visão preconceituosa e estereotipada, valorizar a cultura local e compreender que campo e cidade estão intimamente interligados;
6. Preservar a identidade da escola do campo;

#### **Infraestrutura:**

1. Permanência e construção de novas unidades educacionais do campo, em cada região, de acordo com a **Lei 12.960** de 27 março de 2014;
2. Infraestrutura adequada para as Unidades Educacionais:
  - a) Espaço físico adequado para atender as demandas (sala de aulas, sala de suporte pedagógico, sala de pedagogos, sala multifuncional, entre outras);
  - b) Meios de comunicação e tecnologia educacionais (multimídia, computadores, impressoras, entre outros);
  - c) Quadra poliesportiva com área coberta;

d) Biblioteca que atenda as necessidades pedagógicas, culturais e históricas;

e) Transporte escolar funcional;

I. Mapear a região do campo para oferecer serviços de transporte escolar e coletivo de acordo com a realidade;

II. Respeitar a legislação referente ao tempo de permanência no transporte escolar;

III. Ampliar cotas de transporte para atividades extracurriculares;

IV. Garantir o transporte dos profissionais a Unidade Educacional do Campo

f) Materiais pedagógicos e de expediente;

g) Alimentação de qualidade:

I. Ampliar, gradativamente, a aquisição de itens da produção local para a alimentação escolar;

II. Disponibilizar complementação da alimentação escolar para lanche antes do início do período de aula, devido à distância de deslocamento dos estudantes e/ou estudantes em situação de vulnerabilidade social, de acordo com a nutricionista.